

Governo reduz parte do seu débito em 86

Rio — O setor público conseguiu, em 86, diminuir o total de débitos vencidos, pelo menos para com as indústrias de base e empresas da área de engenharia. Isso não quer dizer que, ao contrário do que tradicionalmente acontece, o Estado tenha se tornado um bom pagador, zerando suas dívidas, mas apenas que os montantes em atraso não foram tão altos como nos anos anteriores, quando esses adiantamentos funcionavam até mesmo como fonte adicional de recursos. Uma explicação provável para tal desempenho é o fato de que, num ano de inflação zero, ou quase, de nada adiantava protelar pagamentos para girar os recursos a eles correspondentes no mercado financeiro.

A inflação, no ano de 86, foi baixa, e, possivelmente, a redução dos custos financeiros devem ter contribuído para melhorar a performance do estado devedor. Ainda não há números fechados sobre os demais setores verificados, mas no que diz respeito às empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação (Sinicon), os atrasos nos pagamentos voltaram a acontecer a partir dos dois últimos meses do ano passado, quando a inflação passou a crescer novamente.

O professor da Universidade de Brasília, Dércio Garcia Munhoz, que é especialista em questões ligadas a déficit público e contas do Governo, afirma que a diminuição no atraso dos pagamentos não significa nada, já que, em contrapartida, o Governo reduziu seus dispêndios com investimentos, ou seja, deixou de assumir novos compromissos.

Para ele, o ano de 86 não marcou qualquer alteração na postura que tem sido adotada pelas administrações públicas, de canalizar recursos que deveriam ser destinados a novos investimentos para girar a dívida pública. "O rombo é tão grande que provoca a retração dos investimentos". Segundo ele, a Versão de que o Estado gasta muito é colocada apenas para criar condições políticas que respaldem a retirada de recursos dos programas de investimento para cobrir o rombo existente.

Dessa forma, na opinião do economista, nada de novo aconteceu. "O Governo termina todo ano fechando, assim mesmo, com um déficit enorme. A redução nos atrasos de nada adianta se não há novos investimentos, sem os quais as estradas desaparecem, etc".

O setor de indústrias de base —que fabrica bens de capital—tem cerca de 70 por cento de sua produção destinada às empresas estatais. No ano passado, de acordo com dados fornecidos pelo coordenador do Departamento Econômico da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib), Dalmo Magno Defensor, os atrasos do Governo para com suas associadas, até o mês de novembro, era de Cz\$ 1,8 bilhão.

Esse montante representa créditos de 32 empresas. Como a entidade tem 90 associadas, ele supõe que o número pode chegar a mais de Cz\$ 2 bilhões, se computadas todas elas. De Cz\$ 1,8 bilhão, computado até 30 de novembro, Cz\$ 1,2 bilhão correspondia a endividamento do Governo na área de energia elétrica. As outras parcelas mais expressivas, Cz\$ 345,8 milhões e Cz\$ 142,6 milhões

eram, respectivamente, de estatais do setor ferroviário e de siderurgia.

Dalmo Defensor informa que, no período de 30 de setembro a 30 de novembro, o endividamento total para com as empresas associadas à Abdib caiu 2,9 por cento, passando de Cz\$ 1,83 bilhão para Cz\$ 1,78 bilhão. Segundo ele, de julho a setembro esse endividamento cresceu 20 por cento, apresentando a queda de 2,9 por cento posteriormente, no total, mas no que diz respeito à energia elétrica, particularmente, de setembro a novembro, os débitos em atraso cresceram 23,8 por cento.

O economista da Abdib lembra que os atrasos nos pagamentos vêm desde os anos 70, quando começou a progressiva deterioração financeira dos setores elétrico, ferroviário e siderúrgico. Tradicionalmente, era paga uma parcela atrasada quando outra já estava prestes a vencer.

Ao contrário da maioria dos setores da economia, que hoje trabalha a plena carga, o setor de bens de capital fechou o ano de 86 com grande ociosidade, o que indica que se os investimentos não ficaram estagnados, pelo menos não acompanharam o crescimento da economia verificado no ano passado. As empresas dessa área de atividade fornecem para grandes projetos de infraestrutura que, no Brasil, quem implementa são as empresas estatais.

O setor de bens de capital sob encomenda terminou o ano com uma ociosidade de 37 por cento. Já o setor de bens de capital seriados —que existem em catálogo—ficou com ociosidade de aproximadamente 15 por cento.

O faturamento esperado, por estimativas preliminares, é de US\$ 2,5 bilhões e uma das preocupações das empresas de bens de capital é quanto ao não-reajustamento das cláusulas contratuais após 28 de fevereiro, quando entrou em vigor o congelamento de preços. "Somente no

Pelo menos para com as indústrias de base e empresas da área de engenharia, o Governo conseguiu saldar parte de seus compromissos em 86, o que não significa que o Estado tenha se tornado um bom pagador.

que diz respeito à mão-de-obra, a elevação dos custos foi de aproximadamente 30 por cento, além dos acréscimos nos custos de matérias-primas e componentes", informa Dalmo Defensor.

No que se refere às empresas prestadoras de serviços na área de engenharia, a situação também melhorou. O presidente da Internacional Engenharia, vice-presidente da Montreal Engenharia e membro do Conselho Monetário Nacional, Sérgio Quintela, afirma que, de um modo geral, houve uma melhoria nos pagamentos do Governo. "O que está havendo, ainda, é muita dificuldade na conferência de faturas, retidas por dúvidas de interpretação após o Plano Cruzado".

Ele acrescenta que, nos contratos assinados antes de 28 de fevereiro, em alguns casos, a aplicação da tabela de conversão (e desvalorização diária) do cruzado em relação ao cruzado provocou prejuízos aos credores e alguns ganhos

Para o professor Dércio Munhoz, da UnB, a diminuição no atraso dos pagamentos não significa nada, já que, em contrapartida, o Governo reduziu seus dispêndios com investimentos, ou seja, deixou de assumir novos compromissos.

ao Governo. "Houve desajustes reais".

Excetuando a Siderbrás, ora em fase de saneamento financeiro, os débitos do Governo para com as empresas de engenharia construtoras de obras públicas foram saldados em 86. De acordo com o Sinicon, o setor chegou a empregar cerca de 600 mil trabalhadores no ano passado, após a reativação das atividades, basicamente obras rodoviárias.

Por outro lado, essas empresas encerraram o ano às voltas com os problemas relativos ao congelamento das cláusulas contratuais e aumento dos seus custos. Algumas firmas do Rio de Janeiro e de São Paulo chegaram a paralisar atividades porque continuavam recebendo pagamentos com valores de fevereiro de 86, enquanto os custos aumentaram pelo menos 50 por cento, de acordo com dados do Sinicon. E a elevação desses custos ocorreram, basicamente, em função da cobrança de ágio pelos fornecedores de materiais de construção e do aumento dos salários pagos pelo setor.

O Sinicon informou ainda que, até outubro de 86, as empresas contratantes de obras públicas pagaram regularmente. Mas nos meses de novembro e dezembro, o Ministério da Fazenda deixou de liberar os recursos, e as firmas, até agora, não receberam pelos serviços prestados naqueles dois últimos meses do ano.

A atual preocupação dos construtores de obras públicas diz respeito à execu-

ção das Estradas e Rodagem (DNER).

Ele acrescenta que, no plano estadual, no entanto, há dívidas com atraso de mais de um ano, que dificilmente serão corrigidas. Elas têm créditos a receber de Estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul e Bahia. "Sem perspectivas de que paguem", afirma Braz Alberto Gravina. A mudança no comportamento das estatais federais, segundo ele, foi definitiva, se for comparado o saldo de fim de 85 com o de 86. Essas estatais são responsáveis por cerca de 60 por cento do faturamento das empresas de consultoria de engenharia, que no ano de 86 deve chegar a US\$ 600 milhões.

O maior problema, também para as empresas desse área de atividade, é quanto à correção dos contratos. "Há necessidade de acerto, porque tudo funcionou muito bem enquanto havia clima de inflação zero. Mas os contratos continuam sem correção, enquanto que a inflação deixou de ser zero", assinala o presidente da ABCE.

Segundo ele, o Decreto-lei 2.300, de fins de 86, sobre licitações em contratos de serviços e obras, "foi um avanço na legislação". Um dos artigos estabelece a possibilidade de revisão dos termos quando o equilíbrio econômico do contrato é rompido, ou seja, se o contrato previa inflação zero e ela foi de 15 por cento, por exemplo, pode ser revisto. Mas a norma só se aplica aos contratos assinados após a publicação do decreto, em novembro. "E há contratos vigentes há mais tempo que precisam ser adaptados", afirma Braz Alberto Gravina.

Segundo ele, as entidades que reúnem empresas de engenharia, ABCE, Sinicon e Abemi, estão solicitando entrevista com o presidente José Sarney, para expor o problema, que ficou grave a partir da "alta vertiginosa dos custos".

Também no âmbito da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), de acordo com seu presidente, Fernando Couto Marques Lisboa, os atrasos do Governo se reduziram. "Fechamos outubro de 86 com créditos vencidos de Cz\$ 1,5 bilhão. Em dezembro de 85, chegava a Cz\$ 2,3 bilhões", afirma. Os principais devedores são a Eletrobrás, Siderbrás e Nuclebrás. Ele acredita que a queda nos níveis de inflação foi um dos fatores que contribuíram, já que não permitiu a elevação da dívida e o custo mais baixo do dinheiro também favoreceu no sentido de melhoria dos pagamentos.

A reclamação dessas empresas também é quanto ao não-reajustamento das cláusulas contratuais. "A situação do setor é difícil. O incremento de custo de mão-de-obra foi de 55 por cento; de material de construção, 55 por cento, além da elevação dos preços dos combustíveis e veículos, bem como cobranças de ágio em outros setores", informa o presidente da Abemi.